

**O ensino público superior em contexto político: reflexões acerca do processo de
desmonte da universidade a partir de 2016**

*The higher public education in political context: reflections concerning the university
dismantling process from de 2016*

André Ricardo Ribeiro Silva
Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
Araguaína-Brasil
Maria José de Pinho
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Palmas-Brasil

Resumo

Este artigo problematiza o processo de desmonte do ensino público superior em razão das políticas de contingenciamentos orçamentários a partir do *impeachment* de Dilma em 2016. A metodologia reporta-se a uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo na qual realizou-se uma revisão bibliográfica acerca do tema e seus desdobramentos na literatura especializada. Abordou-se um panorama do contexto político desde a chegada do Governo Lula à Presidência da República, passando pela destituição do Governo Dilma até o advento dos Governos Temer e Bolsonaro. Na análise em questão, compreende-se que os cortes nos orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior estão inseridos num projeto de enfraquecimento dessas instituições. Conclui-se que o Estado instrumentaliza os cortes orçamentários como uma política de desmobilização da Autonomia Universitária.

Palavras-chave: Ensino Superior; Desmonte; Governo.

Abstract

This article problematizes the dismantling process of the Higher public education due to the budget contingency policies from Dilma's impeachment in 2016. The methodology report an exploratory research of qualitative nature in which a literature review was carried out on the subject and its developments in specialized literature. An overview of the political context was approached since the arrival of the Lula government to the Presidency of the Republic, through the removal of the Dilma Government until the advent of the Temer and Bolsonaro Governments. In the analysis in question, It must be understood that cuts in the budgets of Federal Institutions of Higher Education are part of a project to weaken these institutions. It is concluded that the State instrumentalizes budget cuts as demobilization policy the University Autonomy.

Keywords: Higher Education; dismantling; Government.

O Ensino público superior em contexto político: reflexões acerca do processo de desmonte da universidade a partir de 2016

1. Introdução

O artigo apresentado¹ objetiva abordar uma discussão crítica acerca das ações do desmonte do ensino público superior no país, das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), recorrentes desde o final do Governo Dilma. Essas ações compreendidas pelo Estado² como contingenciamento³ dos gastos públicos impactam diretamente na manutenção dessas instituições dada à proporção de cortes que alcançam as verbas destinadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como os cortes que afetam outras despesas discricionárias garantidas em leis.

Para tanto é imperioso salientar que as nossas inquietações de pesquisa foram pensadas a partir da teoria da “crise institucional” discutida amplamente por Boaventura de Sousa Santos na obra “A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade” e apresentada anteriormente no texto “Da ideia da Universidade à Universidade de ideias”, publicado em seu livro “Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade”, em 1994. Assim, o autor coloca em relevo que a crise institucional se efetua pela contradição entre a autonomia universitária e a responsabilidade social.

Nesse sentido, implica-se abordar importantes aspectos de embates políticos que se originam na primeira década dos anos 2000 e que retratam uma reforma universitária em construção. No entanto, o delinear dos contextos políticos que emergem nos anos seguintes, permitirão uma análise ao cenário educacional que se desenhava. E dessa forma vislumbrar os possíveis impactos das ações do Estado que vão de encontro à manutenção institucional das universidades, pondo em risco a sua existência tal qual conhecemos.

Nessa perspectiva, faremos um contraponto entre as políticas de governos, desde a chegada à Presidência da República do Partido dos Trabalhadores (PT) e as ações dos governos sucessores. Compreendemos nesse recorte de tempo que o Estado utiliza a máquina pública como mecanismo de desmonte das IFES. E que a desmobilização do ensino público superior é construída com a redução das verbas públicas destinadas, portanto com foco na sua instabilidade financeira.

O presente artigo, além da introdução, está organizado em 4 momentos que buscam contextualizar a proposta desta pesquisa situando-a numa cronologia de acontecimentos. Passamos a tratar na seção 2 sobre o Governo Lula.

2. O Governo Lula: breve trajetória do projeto de política reformista educacional

Os quase 16 anos em que um representante do PT esteve à frente da Presidência da República foram assinalados por importantes conquistas efetivadas por meio de políticas públicas e por diversos programas sociais. Sob a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, que teve início em 2003, no primeiro mandato do partido, as ações na área social foram vistas como os principais resultados desse governo (Paula, 2011). Além disso, o Governo Lula propôs ações que sinalizavam promover a estabilização entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social do país (Mota, 2010).

Essas mudanças tornaram-se importantes e indispensáveis para assentar o país no mapa do desenvolvimento. Desse modo, haja vista as enormes disparidades sociais que existiam e que ainda afligem o panorama social e econômico do Brasil. Nesse cenário, o país presenciava a manutenção da sua estabilidade econômica, a retomada do crescimento e a redução da pobreza e da desigualdade social:

Ao assumir em 2002, o presidente Lula manteve não só alguns marcos essenciais da política econômica em prol da estabilidade do governo Fernando Henrique Cardoso (metas de inflação, taxa de câmbio flexível e valorizada, superávit primário), mas ampliou vários programas de assistência social. A implementação das teses de focalização das políticas sociais iniciadas por este último, críticas à universalização dos direitos, aos moldes da antiga Social-Democracia, graças a essa expansão ganhou um status de quase universalidade. (Fonseca; Cunha; Bichara, 2013, p. 403).

Ainda nos primeiros anos do Governo Lula houve transformações sociais pontuais, principalmente se comparadas a de outros governos. Para Paula (2011, p. 6), “depois de um período de estagnação profunda, a partir de 2001 os índices das desigualdades sociais, historicamente o maior problema do Brasil, se modificaram favoravelmente e numa velocidade surpreendente”. Nesse bojo, projetos que primaram pela educação também estavam em curso na política de Governo:

Na Educação, o governo também havia assumido uma meta bastante ousada: a erradicação, em quatro anos, do analfabetismo adulto no Brasil. Apesar de o combate ao problema ter sido anunciado como prioridade de praticamente todos os ministros da Educação desde a redemocratização do país, as estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicavam que ainda havia, em 2003, 15 milhões de jovens e adultos (12% do total da população) que não sabiam ler nem escrever um simples bilhete (Gois, 2018, p.126).

O Ensino público superior em contexto político: reflexões acerca do processo de desmonte da universidade a partir de 2016

Além dos compromissos com a educação básica, a educação superior começava a auferir novos contornos. Os acordos pensados para o ensino superior, convencionados no programa de Governo de Lula (2002)⁴ puderam ser avaliados como uma ampla iniciativa que arrazoava uma universidade mais acessível aos menos favorecidos.

Diante desta realidade, o país testemunhou avanços também no ensino público superior, num cenário que revelava a ampliação e a criação de novas universidades, conforme aponta Carvalho:

Dentre os principais compromissos de campanha do então candidato Lula estava priorizar o modelo universitário público por contemplar os princípios fundamentais da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A ação estatal caminhou neste sentido por meio da criação de novas universidades federais e da construção de novos campi nas já existentes. O Programa de Expansão Fase I realizou concursos públicos para provimento de 7.668 vagas para docentes e 4.717 para técnicos administrativos (Carvalho, 2014, p. 220).

De certo esse seria um pequeno passo em direção ao processo de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, pois a ampliação e a criação de polos universitários deveriam estar em harmonia com a melhora econômica do país. Assim sendo, o crescimento econômico, provocado externamente, favorecia os planos do Governo Lula, em razão do aumento dos preços de commodities, dentre outros fatores políticos, que incidiram à decisão de ampliar os investimentos em Educação (Gois, 2018).

Apesar das problemáticas envolvendo essas ações de políticas educacionais, Pereira e Silva consideram que “desde o primeiro ano do Governo Lula (2003) a expansão da educação superior é uma das políticas públicas mais visíveis da área educacional” (2010, p. 23). Sendo esse um dos grandes legados de conquista para a sociedade brasileira, e assim, os anos seguintes foram cruciais para a manutenção e a viabilidade do projeto de reforma do ensino superior público iniciado nesse Governo.

Apesar de não estar no foco deste estudo, a título de informação, cabe destacar que outras políticas educacionais foram implantadas ainda sob a gestão de Lula. Algumas delas voltadas para as instituições do ensino superior privado. Posto isso, na próxima seção nos debruçaremos sobre a perspectiva do caminho político no qual se projetou o processo atual de desmonte da IFES.

3. Entre Governos: o caminho do projeto de desmonte da universidade a partir do declínio do governo Dilma

Nos períodos pós Governo Lula, as pautas em torno do processo de *Impeachment*⁵ do Governo Dilma caminhavam lado a lado com a crise de recessão econômica que se propagou pelo país. Esses eventos ganharam forças a partir do final do primeiro pleito e início do segundo mandato da Presidente suscitando dentre outros problemas na Gestão, a impopularidade do seu governo perante a sociedade, conforme afirma Cioccarri:

Reeleita no segundo turno da eleição de 2014 com 51,64% dos votos válidos, Dilma Rousseff iniciou seu segundo mandato como presidente enfraquecida graças principalmente às crises econômica e política, o que a levou a atingir 9% de aprovação em uma pesquisa do Ibope realizada em julho do mesmo ano, o mais baixo índice de aprovação para um Presidente da República. Desde 15 de março de 2015, diversos protestos reuniram milhares de pessoas em todo o país para pedir, entre outras demandas, o impeachment ou a renúncia da presidente (Cioccarri, 2016, p. 169).

De acordo com Bucci, “os índices de aprovação do governo que saíram das eleições de 2014 um pouco acima de 50%, entrariam em fevereiro de 2015 com cerca de 23%” (2016, p.147). Com a popularidade do Governo Dilma em queda os êxitos de gestão do governo antecessor, conjecturados principalmente nos dois primeiros mandatos de Lula, foram quase que suprimidos por outras pautas políticas que tinham uma finalidade de destituir do poder, a então Presidente do Brasil.

Nesse sentido, Lopes descreve o cenário político do país daquele momento, que ganhava contornos desfavoráveis à possibilidade de permanência de Dilma no comando da Presidência da República:

Desde o início do seu segundo mandato, a ex-Presidente passou a enfrentar ameaças de abertura de processo de impeachment. As denúncias baseavam-se em financiamento ilegal de campanha. As acusações partiram de empreiteiros e políticos envolvidos em esquemas de corrupção investigados pela Polícia Federal. No entanto, as suspeitas do envolvimento da ex-Presidente no crime de corrupção e lavagem de dinheiro sem a devida comprovação legal, não eram suficientes para interpor pedido de impeachment contra Dilma Rousseff. O reforço à tese de impeachment por crime de responsabilidade contra a Administração Pública cometido pelo Governo veio após a reprovação das contas públicas de 2014 pelo Tribunal de Contas da União (Lopes, 2019, p. 19).

Dada às circunstâncias a submersão do protagonismo do PT juntamente com cerceamento de suas políticas públicas foi ganhando maiores dimensões. Nessa conjuntura

O Ensino público superior em contexto político: reflexões acerca do processo de desmonte da universidade a partir de 2016

política, ocorreram os desmontes no Sistema de Proteção Social e das efetivações das políticas sociais e seus serviços (Singer; Jinkings; Doria, 2016). Desse modo, a redução e cortes das verbas públicas não ficaram restritas apenas ao campo social.

Áreas do Governo como a saúde, a educação, a assistência social e o saneamento, lidaram com as limitações que seriam impostas pelo governo que sucedeu a então Presidente Dilma. A situação dessas pastas agravou-se com a publicação da Emenda Constitucional nº 95 (EC/95)⁶, de 15 de dezembro de 2016, a qual uma das suas principais modificações à Constituição Federal de 1988, destacava-se pelo congelamento do teto de gastos do Governo Federal a partir de 2018.

Sobre a EC/95, para fins de elucidar seus impactos no contexto das políticas públicas e educacionais, Mariano destaca que:

As regras do novo regime não permitem, assim, o crescimento das despesas totais e reais do governo acima da inflação, nem mesmo se a economia estiver bem, o que diferencia o caso brasileiro de outras experiências estrangeiras que adotaram o teto de gastos públicos. Somente será possível aumentar os investimentos em uma área desde que sejam feitos cortes em outras. As novas regras desconsideram, portanto, as taxas de crescimento econômico, como também as demográficas pelos próximos 20 (vinte anos), o que (e aqui já antecipando a nossa crítica a respeito), poderá levar ao sucateamento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, pondo em risco por completo a qualidade de vida da população brasileira (Mariano, 2017, p. 261).

A EC/95 limitou as despesas públicas pela inflação do ano anterior pelas próximas duas décadas, com uma possibilidade de modificação no seu décimo ano de vigência. Em outras palavras ela não permitiria que houvesse crescimento nos investimentos e despesas do governo em hipótese alguma, desconsiderando até mesmo uma conjectura de crescimento econômico ou demográfico nos anos seguintes, conforme conclui Mariano:

Fixado o teto uma única vez, isso vinculará todos os fenômenos administrativos que ocorrerem nas várias unidades, órgãos e pessoas administrativas acima citadas, pelos próximos 20 (vinte) anos o que, obviamente, impedirá os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços públicos, incorporação de inovações tecnológicas, aumentos de remuneração, contratação de pessoal, reestruturação de carreiras, o que se faz necessário em virtude do crescimento demográfico, e, sobretudo em razão dos objetivos e fundamentos constitucionais, que direcionam um projeto constituinte de um Estado de Bem Estar Social (Mariano, 2017, p.261).

Em razão disso, para que o Governo Federal pudesse investir em uma determinada área, tornou-se necessário fazer um corte proporcional em outras. A exemplo disso, podemos

destacar os remanejamentos financeiros sofridos na área da educação. Sendo que, com essas ações a EC/95 caminhava de encontro às projeções do Plano Nacional de Educação (PNE)⁷.

No debate do campo educacional se sobressaía uma preocupação apontada por Amaral (2016), no tocante a garantia dos recursos destinados ao cumprimento das metas do PNE. Assim, tendo em vista o seu tempo de durabilidade de 2014 a 2024, e do próximo PNE previsto para os anos de 2025 a 2035. Ou seja, a garantia de recursos estava cada vez mais ameaçada, o que seria consolidada nos anos seguintes.

Em meio a isso, os investimentos na educação como no caso do ensino público superior começam a sofrer limitações. A situação tornou-se mais crítica, com a chegada do Governo interino do Vice-Presidente da República de Dilma, Michel Temer, em maio de 2016. Em seguida, com eleição do Presidente Jair Messias Bolsonaro, em outubro de 2018, pastas ministeriais importantes do Governo PT tiveram uma expressiva perda de precedência de gestão nos dois últimos governos mencionados.

Justificadas como formas para não ultrapassarem o teto de gasto para o ano, previsto na Emenda Constitucional nº 95 (EC 95)⁸ esses cortes impactariam no orçamento das IFES, inviabilizando a possibilidade de seu funcionamento, conforme aponta a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (2022):

Como é de conhecimento público, em vista dos sucessivos cortes ocorridos nos últimos tempos, todo o sistema de universidades federais já vinha passando por imensas dificuldades para honrar os compromissos com as suas despesas mais básicas. Esperamos que essa inusitada medida de retirada de recursos, neste momento do ano, seja o mais brevemente revista, sob pena de se instalar o caos nas contas das universidades. É um enorme prejuízo à nação que as Universidades, Institutos Federais e a Educação, essenciais para o futuro do nosso país, mais uma vez, sejam tratados como a última prioridade. (ANDIFES, 2022, p. 1)

Em uma série de redução na previsão orçamentária para os anos que se seguiram, muitas instituições precisaram ajustar suas despesas para continuar com suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. As demissões de trabalhadores terceirizados, como pessoal dos serviços gerais e de vigilância, geraram um considerável déficit nos serviços. Sem contar com as ameaças da suspensão no fornecimento de serviços de água e energia elétrica.

De certo, esse descaso com as IFES não é algo novo. Entretanto, observa-se que os ataques sofridos pela educação superior nos últimos anos podem ser percebidos de formas mais contundentes. Os mecanismos de gestão orçamentária que frequentemente limitam as verbas públicas destinadas a essas instituições podem ser compreendidas como armas de

O Ensino público superior em contexto político: reflexões acerca do processo de desmonte da universidade a partir de 2016

destruição que freiam a continuidade de expansão do ensino público superior iniciado no Governo Lula.

A seção seguinte enfoca sobre como o processo de desmonte das IFES está amparado por uma política de cortes financeiros por parte do Estado. Especialmente, nos últimos anos de Governos pós-*impeachment* da Presidente Dilma.

4. O ataque à Universidade: o desmonte financeiro como projeto do estado

No Brasil, projetos e reformas com foco no ensino público superior têm sido discutidos sob várias perspectivas em meio a discordâncias ideológicas sobre o futuro da educação. Infelizmente alguns desses projetos refutam a ideia de uma educação com mais investimentos por parte do Governo Federal. Ao partir desse pressuposto, as IFES perpassam por circunstâncias de riscos dadas às iniciativas do Estado em promover o sucateamento administrativo-pedagógico e terceirizado dos seus serviços. E com isso, ocasionando cortes, contingenciamentos e bloqueios das verbas destinados para os fins mencionados.

Nesse bojo, o ensino, a pesquisa e a extensão dessas instituições são colocadas em xeque, principalmente, em razão à aprovação da EC nº 95/2016 (Lima; Lima, 2019). Frente à situação de caos das IFES, instaurada há proximamente meia década. No caso do Governo Bolsonaro, Lusa et al. (2019, p. 537-538) alertam que:

Diante dessa conjuntura é que se faz necessária a retomada do pensamento crítico como forma de contribuir para o fortalecimento, a manutenção e a ampliação das propostas de educação emancipatória [...] uma análise preliminar do atual momento histórico revela que está em curso um processo de regressão programada e contínua dos direitos sociais, sendo um dos focos a educação.

Evidencia-se que o projeto de desconstrução do ensino público superior se fortalece em meio aos ajustes fiscais que foram apresentados e aprovados como lei pela Câmara Legislativa e o Senado Federal, como contenção de gastos do Governo Federal e a fim de manter a situação econômica do país estabilizada. Destaca-se, então, que em tal contexto não teve espaço para uma discussão com a sociedade sobre os impactos da EC em áreas de interesse público, como o caso da educação.

Esse projeto de desconstrução pode ser vislumbrado por meio dos cortes do orçamento⁹ destinados à educação que foram sendo efetuados com mais frequências a partir da validação da EC supracitada. Com destaque à chegada do Governo Bolsonaro em 2019, pois segundo Hastenreiter Filho (2021, p. 28) “desde o início do governo Jair Bolsonaro, o processo

de busca de silenciamento da universidade vem se acelerando”. Nesse sentido, o autor destaca que:

A asfixia financeira que repercute na atividade universitária, no entanto, não diz respeito unicamente ao orçamento destinado às despesas correntes. Sendo as universidades públicas brasileiras, importantes centros de pesquisa, as suas atividades são fortemente impactadas pelo desmonte das instituições que suportam as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação. Nessas, os cortes orçamentários foram ainda mais expressivos que nas universidades. Desde o início do governo Bolsonaro, os orçamentos do CNPq [...] e da CAPES [...] estão em níveis inferiores ao do início do século. Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o orçamento de 2021 é 28,7% inferior ao do último ano e dos 71,3% restantes, quase 50% dos recursos estão contingenciados (Hastenreiter Filho, 2021, p. 30).

Nota-se que o sucateamento das IFES ocorre em todas as instâncias da sua conjuntura que envolve suas esferas didáticas ao comprometer o ensino na graduação, pós-graduação e em todas as demais áreas que desenvolvem pesquisas. Além disso, esses cortes de verbas afetam estudantes que dependem do incentivo financeiro do Governo, como no caso disponibilização de bolsas de pesquisas e de outras formas de fomento financeiro estudantil, como ajudas para a permanência nas referidas instituições de alunos que apresentam vulnerabilidade econômica.

Em meio a outras dificuldades enfrentadas pelas IFES, as movimentações orçamentárias e financeiras promovidas por parte do Governo Federal são incompatíveis com o modelo de universidade emancipatório necessário ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, Chauí destaca que:

Vista como uma instituição social, cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático (Chauí, 2003, p. 24).

Dessa forma, ao avançar contra as IFES por meio de sucessivos cortes em seus orçamentos, o Estado arruína a autonomia financeira da universidade e, por sequência, a autônoma didática causando-lhe o que podemos chamar na prática de crise institucional. Problematicada por Boaventura Sousa Santos, o autor afirma que “a crise institucional era e é desde há pelo menos dois séculos, o elo mais fraco da universidade pública porque a

O Ensino público superior em contexto político: reflexões acerca do processo de desmonte da universidade a partir de 2016

autonomia científica e pedagógica da universidade assenta na dependência financeira do Estado” (2011, p. 15-16).

Numa discussão sobre a reforma democrática e emancipatória da universidade, o sociólogo português Boaventura Sousa Santos apresenta pelo menos três crises que põem em risco a sobrevivência da universidade, a saber: a crise da hegemonia, a crise da legitimidade e a crise institucional (Santos, 2011). Entretanto, outros fatores como arranjos políticos, e a falta de interesse do Governo para com as IFES, somam-se ao projeto de desmonte da universidade pública no Brasil. Assim, a desmobilização das IFES se dá no seu ponto de sustentação mais fraco: o seu orçamento.

Dado os significados para o vocábulo “crise”, no âmbito das IFES, esses percalços sempre que surgem impõe condições a sua melhoria e adaptação frente às novas realidades que emergem num contexto específico. Nas referências de diversos dicionários (Cunha, 2010) o vocábulo “crise” advém do latim *crisis*, que por sua vez provém do grego *krísis*, que também está na gênese da palavra “crítica”. A compreensão mais comum admitida por esses glossários é o de que a crise propaga a alteração ou desequilíbrio de maneira brusca (Cunha, 2010, p. 190).

Para Santos (2011), as outras duas crises supracitadas estão genuinamente inseridas no mesmo contexto e são adversas ao projeto de uma universidade democrática e emancipatória. Por sua vez, essas crises não são efetivadas de maneira descontextualizada do momento político, social e econômico no qual o país atravessa. Elas fazem parte de um projeto político que visa o sucateamento por completo do ensino público superior. Sobre esse viés, Santos (2011, p. 16) adverte que:

Pode dizer-se que nos últimos trinta anos a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi provocada ou induzida pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas.

Ao impetrar essa afirmação ao cenário brasileiro, nos últimos anos, apesar dos avanços em algumas áreas, a crise institucional na educação pública superior perpassa as configurações da sua estrutura pedagógica e administrativa. Tais movimentos provocam nas IFES reflexões sobre os discursos ideológicos, reforma e gestão universitária, inclusão social no ensino superior, políticas públicas para o setor, etc. Bem como a atenção que se volta os

fatores políticos, sociais e culturais que exercem poder sobre a dinâmica do ensino superior público.

Essas crises no sistema educacional não são algo relativamente novo e surgem em contextos político-sociais conforme apontam estudos publicados por autores como Ribeiro (1975), Schwartzman (1980), Santos (2003), Zabalza (2004), Minto (2005), Sguissardi (2006), Martins (2009), Silva Júnior e Sguissardi (2012), Silva Júnior e Fargoni (2020). Além de outros que abordam em suas discussões de pautas importantes e necessárias para uma reforma universitária e a manutenção dessas instituições.

Darcy Ribeiro (1975) já mediava uma reflexão sobre a renovação universitária e outras questões pertinentes à inovação e a importância da universidade para sociedade como um todo. À época, era a provocação mais urgente aos pensadores do mundo moderno. É válido destacar que esses desafios na educação pública superior continuam atuais, pois são basicamente, os mesmos, em especial a necessidade de universalizar o ensino superior a todos os brasileiros:

A Universidade de que precisamos, antes de existir como um fato no mundo das coisas, deve existir como um projeto, uma utopia, no mundo das idéias. Nossa tarefa, pois, consiste em definir as linhas básicas deste projeto utópico, cuja formulação deverá ser suficientemente clara e atraente para poder atuar como força mobilizadora na luta pela reforma da estrutura vigente. Deverá ser um plano orientador dos passos concretos pelos quais passaremos da Universidade atual à Universidade necessária. (Ribeiro, 1975, p. 172)

Nesse sentido, as ideias do autor corroboraram para se pensar a universidade pública como um espaço autônomo e que requer mudanças, para consolidação do seu processo enquanto um órgão público modelo, posto ao desenvolvimento do país. Se por um lado há um projeto em que se pense a reforma da universidade como necessária e constante, o processo de desmonte das IFES é algo que vai de encontro às perspectivas acima vislumbradas.

Existe no Brasil, historicamente, uma preocupação com os rumos do ensino público superior. Essas preocupações perpetuam-se por décadas e acentuam-se nas políticas voltadas para o investimento financeiro por parte do Governo Federal. A exemplo disso a supressão dos investimentos no ensino superior é vista em documento oficial do próprio Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESU), a saber:

O Ensino público superior em contexto político: reflexões acerca do processo de desmonte da universidade a partir de 2016

A partir dos anos 90, o ensino superior sofreu um processo de deterioração acentuada. O prolongado ajuste fiscal, que já vinha desde a década anterior, teve como consequência imediata a diminuição dos investimentos públicos em educação em todos os níveis. Os sucessivos cortes orçamentários atingiram em cheio o sistema universitário federal, impedindo sua expansão e provocando o sucateamento das universidades existentes. Segundo dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), no período de 1995-2001, as 54 instituições federais de ensino superior pública perderam 24% dos recursos para custeio (pessoal, água, luz telefone e materiais diversos) e 77% de recursos para investimento em salas de aulas, laboratórios, computadores e acervo bibliográfico, apesar do número de alunos ter aumentado (Brasil, 2004-2006).

Evidencia-se que um dos mecanismos mais eficientes do Estado para consolidar o seu projeto de desmonte do ensino público superior está vinculado às ações de desestabilização financeira que provocam resquícios na autonomia financeira com livre gestão de seus recursos. Nesse sentido, torna-se inviável pensar a manutenção das IFES sem um amparo financeiro ideal e suficiente para o custeamento de sua estrutura institucional. Assim, garantir o financiamento dessas instituições é vital para barrar a agenda de desmonte da educação pública no país.

5. Considerações finais

As proposições dessa pesquisa visaram abordar o contexto do desmonte do ensino público superior a partir dos delineamentos problematizados no conjunto do cenário no qual se desenham as limitações de investimentos nos orçamentos das IFES. Bem como observamos atentos a essas ações do Estado e como contribuem para a desestruturação dessas instituições, uma vez que há uma variação de despesas dentro do seu orçamento, ou seja, quanto maior a estrutura do órgão, maior será as suas despesas.

Pensar no desmonte da educação pública superior através da crise institucional financeira é preocupar-se para que a estrutura acadêmica (graduação, pós-graduação, programas de pesquisas), espaços físicos (prédios de sala de aula, prédios administrativos e laboratórios) não sejam depreciados por falta de investimentos. Isso, sem mencionar os prejuízos na continuidade do processo de ensino oferecido pelas IFES, pois essa pauta carece de estudos mais profundos no que tange a sua importância para autonomia universitária.

Por fim, é preciso compreender que o projeto de desmonte pelo viés meramente político desafia a sociedade de modo a ficar vigilante aos novos rumos das reformas que podem advir de outros Governos. De fato, de forma breve a partir da perspectiva da crise institucional esta pesquisa se debruça sobre o ensino público superior. Mas a sua luta de

sobrevivência em decorrência das ações impetradas pelo Estado não está vinculada apenas nessa crise. Os conjuntos de outros mecanismos de governo podem ferir mesmo que de forma sutil o projeto de um ensino público democrático e acessível a todos.

Referências

AMARAL, Nelson. C. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 653-673, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpa/article/view/70262>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ANDIFES. **Governo faz nova retirada de recursos das universidades federais**. Disponível em 28 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/?p=95039>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior**. Brasília: MEC, 2004/2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/expifes.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos**: das manifestações de 2013 a queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 209-244, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rieb/a/5RdsYXhHB4t6dhbYbBDzHyc/?lang=pt>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24 p. 5-15, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CIOCCARI, Deysi. A Queda: os últimos meses de Dilma Rousseff pelas páginas do jornal folha de S. Paulo. **Revista Altejor**, São Paulo, v. 2, ano 7, ed. 14, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/120526/118336>>. Acesso em: 7 dez. 2022.

CUNHA, Antônio Geraldo da. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FONSECA, Pedro César Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, v. 23, n. 2, p. 403-428, 2013. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/o_brasil_na_era_lula.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GOIS, Antônio. **Quatro décadas de gestão educacional no Brasil**: políticas públicas do MEC em depoimentos de ex-ministros. São Paulo: Fundação Santillana, 2018.

O Ensino público superior em contexto político: reflexões acerca do processo de desmonte da universidade a partir de 2016

HASTENREITER FILHO, Horácio Nelson. A Universidade Pública Brasileira e o Processo de Desconstrução em Curso. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (org.). **Cortes nos Orçamentos das Universidades Federais**: significados e feitos. Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021. Disponível em: <<https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>>.

Acesso em: 17 abr. 2023.

LIMA, Daniele Gomes de; LIMA, Rita de Lourdes. A EC-95/2016 e a educação superior no Brasil: a materialização perversa do novo regime fiscal. **Universidade e Sociedade**, ano 19, n. 63, p. 46-57, jan. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/midias/oec5f9ac2d526c8cf77a1ad0eeadc254_1549480264.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2022.

LOPES, Alba Valéria Sabóia Teixeira. **De “Governante máxima” a “denunciada”**: as representações discursivas de Dilma Rousseff na denúncia do processo de *impeachment*. 195f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

LUSA, M. G. et al. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **Revista Katálisis**, v. 22, n. 3, p. 536–547, set. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/BLdLLDvkvxvHfRGWNpkmJPbc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 1 dez. 2022.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259-281, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rinc/a/wJb3fZFMmZh65KfmrcWkDrp/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

MARTINS, Carlos Benedito. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15- 35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 4 jan.2021.

MINTO, Lalo Watanabe. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro**: do golpe de 1964 aos anos 90. 2005. 303 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MOTA, Ana Elisabete. **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

PAULA, Marilene de (org.). **“Nunca antes na história desse país” ...?** Um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2011.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. As políticas públicas do ensino superior no Governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/16316/10573> . Acesso em: 7 dez. 2022

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A nova missão da universidade: a inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 1, n. 1, p. 7-11, 25 jul. 2003. DOI: = Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/863/723>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PsCdVc87JdsF6KDX7LhGq6H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 5 nov. 2022.

SILVA JÚNIOR., João. dos R.; FARGONI, E. H. E. Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e239000, 2020. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/es/a/LMDCRm4wrJPrZBbWCNrM3pj/?lang=pt>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI. Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en Blanco. Revista de Educación**, núm. 23, p. 119-155, jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3845/384539805007.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

SINGER, André; JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim (org.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZABALZA, Miguel. **O ensino universitário: seus cenários e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

Notas:

¹ As inquietações do artigo em questão surgiram durante as aulas da disciplina “Fundamentos em Interdisciplinaridade e Práticas Educativas” do Programa de Doutorado em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

² Para fins de uso do vocábulo Estado, partimos da característica dada por Bocayuva e Veiga (1992) na qual o autor se refere a ele como sendo um conjunto de instituições especializadas em expressar um dado equilíbrio e uma condensação de forças favoráveis a um grupo e/ou classe social. Fonte: BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink. **Novo vocabulário político**. Rio de Janeiro: Vozes; Fase, 1992. p. 93.

³ De acordo com o manual de comunicação do Senado Federal contingenciamento é compreendido como “política econômica de intervenção governamental que consiste em imposição de limites à produção, comercialização interna e importação ou exportação de um produto. Com maior frequência, o contingenciamento é empregado para deter em determinado nível a importação de

certo produto, estimulando sua produção no país”. Estranhamente esse é o termo utilizado pelo Governo Federal para contradizer a ideia de corte das verbas destinada à educação. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/contingenciamento>.

⁴ O programa do Governo Lula (2002) para educação superior afirmava que os dados do Censo da Educação Superior de 2000 mostravam, que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade. Por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de crédito educativo, que poderia ser uma alternativa, é insuficiente e inadequado. São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente.

⁵ Termo inglês que significa impugnação de mandato. É a destituição legal, por meio de processo no Poder Legislativo, do ocupante de cargo de presidente da República. O impeachment propriamente dito é de responsabilidade do Senado Federal, mas a Câmara dos Deputados precisa autorizar a instauração do processo. Essa autorização precisa ter o apoio de 342 deputados. Se o impeachment for aprovado, o presidente perderá o cargo e ficará inabilitado por oito anos para o exercício de função pública. A aprovação do impeachment precisa do apoio de 54 senadores. Fonte: Agência Senado

⁶ Encaminhada pelo Governo de Michel Temer ao Legislativo com o objetivo de equilíbrio das contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos, a PEC do teto de gastos públicos foi aprovada depois de muita discussão entre os senadores. A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Fonte: Agência Senado

⁷ Criado por meio da Lei Federal de nº 13.005 de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

⁸ A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, estabeleceu um Novo Regime Fiscal – NRF no âmbito dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social da União, o qual vigorará por vinte anos de exercícios financeiros.

⁹ Com o objetivo de elucidar o panorama dos cortes nos orçamentos das universidades públicas deixo como sugestão de leitura a coletânea de textos intitulada Cortes no orçamento das universidades federais: significados e efeitos. Organizada por Renata Alvarez Rossi e João Martins Tude, os textos que compõem a obra dão ao leitor uma dimensão do panorama do processo de desmonte da universidade dada a conjuntura política do Brasil, em especial a partir de 2014 e com maior fluidez nos governos seguintes ao processo de *impeachment* de Dilma.

Sobre os autores

André Ricardo Ribeiro Silva

Doutorando em Linguística e Literatura pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLIT), Câmpus de Araguaína, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Mestre em Letras (UFT/2018), Assistente Administrativo (Câmpus de Araguaína/UFNT); ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5580-5840>. E-mail: ricardoandre@uft.edu.br

Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira

Pós-doutor em Letras pela Universidade da Beira Interior de Portugal; pós-doutor em Letras Clássicas pelo Laboratório de Letras Clássicas da Universidade Federal da Paraíba; Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo; Professor efetivo da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7412-890X>. E-mail: luizpeel@uft.edu.br.

Maria José de Pinho

Pós-doutora em Educação pela Universidade do Algarve-Portugal. Doutora em Educação e Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora efetiva da Universidade Federal do Tocantins – UFNT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2411-6580>.
E-mail: mjpgon@uft.edu.br

Recebido em: 20/06/2023

Aceito para publicação em: 29/12/2023